



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 0344495-3

JUÍZO DE ORIGEM: VARA ÚNICA DA COMARCA DE TRIUNFO/PE

APELANTE: ANTONIO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

EMENTA: Penal – Processual Penal – Apelação Criminal – Homicídio Tentado - (artigo 121, § 2º, I e IV, c/c o artigo 14, II, âmbos do CP) - Julgamento pelo Júri –condenação. – Mérito da condenação – dosimetria e Detração - Pena Exacerbada .REDUÇÃO DA PENA BASE. UNANIMIDADE.

1- Pena base reduzida.

2- Negado pedido de redução da pena de tentativa.

3- Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal de n.º **0344495-3** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / / 2014, **por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 0344495-3

JUIZO DE ORIGEM: VARA ÚNICA DA COMARCA DE TRIUNFO/PE

APELANTE: ANTONIO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por Antônio Bezerra da Silva insurgindo-se respectivamente, contra o veredicto do Tribunal do Júri da Comarca de Triunfo, que condenou com incurso nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 14, II todos do CP, sendo-lhe aplicada a **pena definitiva de 5 (cinco) anos e 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime semiaberto. Atenuando a pena em 1 (um) ano, em face da atenuante da confissão, tornando-a definitiva em 4 (quatro) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias, de reclusão, à mingua de outras circunstâncias legais ou especiais à apreciação.**

Segundo a inicial acusatória, por volta das 19:00 horas do dia 23/04/2001, na estrada PE 365, em Santa Cruz da Baixa Verde/PE, o acusado Antônio Bezerra, mediante auxílio de Cicero Edavi e Adelmo Ribeiro, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima Rozivaldo dos Santos Silva, vulgo "Xuxa", o qual só não faleceu em virtude de circunstâncias alheias à vontade dos denunciados.

Aduz ainda a atorial que o motivo do crime teria sido um desentendimento familiar existente entre os parentes do denunciado Antonio Bezerra e da vítima.

Irresignado, o apelante à fls. 310/313 se insurge requerendo a redução da pena-base para o quantum de (06) seis anos de reclusão e que seja retificada a fração outorgada a título de tentativa para (2/3) dois terços, aplicando-se ainda a diminuição da pena pela atenuante da

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

confissão e por fim a detração penal do art. 42 do CP.

O Ministério Público ofertou contrarrazões às fls. 316/320 pugnando pelo provimento parcial do apelo no que tange ao cômputo errôneo das circunstâncias e consequências do crime. No que toca a detração, assevera que o juízo a quo já a reconheceu, determinando que seja abatido da pena o período de prisão preventiva, quando da lavratura da Guia de Recolhimento.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 329/332, opinando pelo provimento parcial do apelo.

É o Relatório. À revisão.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



343

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 0344495-3

JUÍZO DE ORIGEM: VARA ÚNICA DA COMARCA DE TRIUNFO/PE

APELANTE: ANTONIO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA: DRA. ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

VOTO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por Antônio Bezerra da Silva insurgindo-se respectivamente, contra o veredicto do Tribunal do Júri da Comarca de Triunfo, que o condenou com incurso nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 14, II todos do CP, **sendo fixada a pena-base em 11(onze) anos e 3(três) meses de reclusão, reduzida a metade, sendo-lhe aplicada a pena definitiva de 5 (cinco) anos e 07 (sete) meses e 15(quinze) dias de reclusão, em regime semiaberto. Atenuando a pena em 01(um) ano, em face da atenuante da confissão, tornando-a definitiva em 4(quatro) anos, 7(sete) meses e 15(quinze) dias, de reclusão, à míngua de outras circunstâncias legais ou especiais à apreciação.**

O cerne da questão concentra-se na dosimetria e detração.

No que tange à dosimetria da pena, atacada por Antônio Bezerra da Silva, argumenta o Recorrente que, no caso *sub examine*, postula que seja retificada a pena-base para o grau mínimo, eis que lhe são favoráveis às circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Código Penal, sendo manifestamente incabível e inadmissível a permanência do quantum cifrado pela sentenciante.

Dos autos, observa-se que o apelante foi condenado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Triunfo, como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I e IV c/c o art. 14, inciso II, e art. 29 todos do CP.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Alega em suas razões que o Juiz não considerou a detração penal do art, 42 do CPB, sendo deduzidos da pena final a quantia de 07 meses e dezesseis dias de prisão preventiva cumpridos pelo apelante e que esta detração influa na aplicação da fixação do regime inicial de cumprimento da pena pelo apelante.

Para a fixação da pena-base envolvendo a tentativa de homicídio, o Juiz sentenciante, fixou a pena-base no montante de 11 (onze) anos e 3(três) meses de reclusão, reduzindo em metade, resultando um total de 5(cinco) anos, 7(sete) meses e 15(quinze) dias, de reclusão. Atenuando a pena em 1(um) ano, em face da atenuante da confissão, tornando-a definitiva em 4(quatro) anos, 7(sete) meses e 15(quinze) dias, de reclusão, à míngua de outras circunstâncias legais ou especiais à apreciação..

Em que pese à argumentação tecida pelo Juízo, verifica-se que algumas circunstâncias tidas como desfavoráveis, na verdade, são inerentes ao tipo.

Não poderia ter o magistrado considerado desfavorável o comportamento da vítima, porque a mesma não contribuiu para o delito. A susceptibilidade da vítima é insita ao delito, dado que nenhuma vítima poderia ser considerada condescendente com o crime, ainda que expusesse sua vida de maneira imprudente. A qualificadora de recurso, que impossibilitou a defesa da vítima foi objeto de quesitação no júri. Verifica-se, ainda, que a vítima sofreu lesão leve.

Diante dessas considerações, milita contra o apelante **apenas os motivos**, pois a prévia animosidade entre os envolvidos não é suficiente para justificar o atentado contra a vida, **devendo a pena-base fixada pelo juízo a quo ser reduzida ao montante de 07(sete) anos de reclusão.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fonés: 31819508/9509/9510/9511/9512

No que pertine a atenuante da confissão fica mantida a redução de 01 ano, ficando a pena fixada em 06(seis) anos de reclusão.

Com relação à aplicação da redução de (2/3) dois terços na tentativa, diferente do que foi aplicado pelo juiz a quo que fixou em 1/2(metade) não merece prosperar tal pedido, pois o apelante praticou todos os atos executórios, onde a vítima só não faleceu em virtude de circunstâncias alheias à vontade do recorrente.

Logo, a pena definitiva, corresponde a um total de 03 anos de reclusão, sendo cumprida em regime inicial aberto.

No que se refere à Detração, resta prejudicado em virtude da fixação do regime inicial aberto.

Em razão de todo o exposto, e em consonância com o parecer da Douta Procuradoria dou provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante para reduzir a pena para 03(três) anos de reclusão, cumprida em regime inicial aberto, conforme dispõe o art. 33, § 2º, "c" do Código Penal.

É como voto.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator

VOTO DIVERGENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0344495-3 – Vara Única da Comarca de Triunfo-PE

Apelante(s): Antonio Bezerra da Silva
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª. Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Antonio Bezerra da Silva contra sentença proferida pelo MM. Juiz da Vara do Tribunal do Júri de Triunfo-PE que, em decorrência do veredicto dos Jurados componentes do Tribunal Popular, condenou-o pela prática do crime previsto no artigo 121, *caput*, c/c art. 14, II, do Código Penal, a uma pena de 04 (quatro) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto.

O apelante alega, em síntese, que a pena-base é excessiva, devendo ser fixada no mínimo legal, posto que é tecnicamente primário, não tendo transitado em julgado nenhuma das imputações em seu desfavor, e que as circunstâncias judiciais devem ser consideradas em seu favor. Assere, ainda, que faz *jus* a detração e que a causa de diminuição decorrente da tentativa deve ser aplicada na fração máxima de 2/3 (dois terços) posto que a vítima sofreu lesão leve, não se aproximando da consumação do crime.

Pois bem.

Sabe-se que o Juiz tem o poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o *caput* do art. 59 do Código Penal estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais, que devem orientar a individualização da pena-base, que, no caso concreto, foi estabelecida em 11 (onze) anos de reclusão.

Apesar dos argumentos utilizados pelo apelante acerca de sua primariedade técnica e de sua boa conduta social, observo que tais circunstâncias, assim como a culpabilidade e a personalidade não foram tidas como desfavoráveis ao mesmo na sentença.

No entanto, em que pese o MM. Juiz ter adequadamente valorado parte das circunstâncias judiciais, não operou com acerto na caracterização das circunstâncias e das consequências do crime como negativas.

Consigna o MM. Juiz como desfavorável ao apelante as circunstâncias do crime pelo fato de o acusado ter atirado contra a vítima no momento em que guiava sua motocicleta, impossibilitando sua defesa.

Ocorre que a qualificadora de recurso que impossibilitou a defesa da vítima foi objeto de quesitação no júri (fl. 290v), que negou a ocorrência da mesma, não podendo tal fato ser levado em consideração para majorar a pena-base.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0344495-3 - Vara Única da Comarca de Triunfo-PE

Também não se pode elevar a pena-base considerando as consequências do crime grave, posto que de acordo com o laudo de lesão corporal acostado aos autos (fl. 11) a vítima sofreu lesão leve.

O fato de a vítima não ter contribuído para o fato delituoso também não pode ser valorado em desfavor do acusado.

Quanto aos motivos do crime, entendo que os mesmos foram devidamente valorados em desfavor do apelante, posto que, como bem ressaltado pela d. Procuradoria de Justiça, à fl. 330, a prévia animosidade entre os envolvidos não é suficiente para justificar o atentado contra a vida.

Assim, em consonância com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, entendo que a pena-base foi arbitrada de modo excessivo, razão pela qual, remanescendo em desfavor do apelante apenas os motivos, entendo que deve ser reduzida ao patamar de 07 (sete) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria, tendo em vista a presença da atenuante de confissão reconhecida pelo MM. Juiz *a quo* mantenho a redução da pena de 01 (um) ano, pelo que a mesma resta fixada em 06 (seis) anos de reclusão.

No que se refere ao pedido para que seja aplicada a fração máxima de dois terços (2/3) decorrente da causa de diminuição decorrente da tentativa, nos termos do art. 14, II, do Código Penal, é sabido que o julgador, ao diminuir a pena no crime tentado, deve observar o *iter criminis* percorrido pelo réu na obtenção do resultado.

Neste sentido, traz-se à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 90 DA LEI 8.666/93. TENTATIVA. REDUÇÃO MÍNIMA. DELITO QUE SE APROXIMOU DA CONSUMAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. A diminuição da pena pela tentativa deve considerar o *iter criminis* percorrido pelo agente: quanto mais perto da consumação, menor a redução. (...).

3. Demonstrando as instâncias ordinárias que o paciente percorreu quase todo o caminho do crime, mostra-se correta a redução em 1/3 (um terço).

4. Ordem denegada." (STJ, Habeas Corpus nº 86858/SE, 6ª Turma, Rel. Min. Og Fernandes, j. 18.11.2008).

Conforme se verifica dos autos, foram feitos diversos disparos de arma de fogo, chegando a vítima a ser atingida por um deles no braço esquerdo, mostrando-se correta a redução da pena na 1/2 (metade), já que o apelante praticou todos os atos executórios, tendo chegado bem próximo à consumação do delito.

Assim resta a pena definitivamente fixada em 03 (três) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, nos termos do art. 33, §2º, "d", do Código Penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0344495-3 – Vara Única da Comarca de Triunfo-PE

Quanto ao pleito de detração da pena, deve-se ter em mente que o referido instituto deverá ser aplicado pelo MM. Juiz *a quo* por ventura da sentença tão e somente para fins de fixação do regime inicial de cumprimento da pena quando for possível a progressão de regime, o que foi devidamente observado pela mesma, à fl. 293.

Ademais, tendo sido fixado o regime inicial aberto, entendo que o referido pedido resta prejudicado.

Ante o exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo para reduzir a pena para 03 (três) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor